



PLURIAIS

DEZEMBRO/2016

Boletim Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP



PEC 55/2016

2016 um ano de crescimento ou retrocesso?

Acompanhe a retrospectiva do ano que passou. PÁGS. 6 a 9

DURO GOLPE

PEC 55/2016 é aprovada no Senado em segundo turno. PÁG. 3

OCUPAÇÕES

ESTUDANTES PARAENSES
LUTAM POR UMA EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE E CONTRA A PEC DO
FIM DO MUNDO PÁGS. 4 e 5

DELIBERAÇÕES

XX PLENÁRIA
EXTRAORDINÁRIA DA
FENAJUFE APROVA PLANO
DE LUTAS PÁG. 11

CATEGORIA

CONHEÇA O TRABALHO
DOS SERVIDORES DA
CENTRAL DE MANDADOS
DA JF/PA PÁG. 12

EDITORIAL

2016: um ano que ficará na memória

O ano de 2016 certamente será um ano para não ser esquecido, pelos seus resultados positivos e também negativos que inevitavelmente já impactam a vida de todos os trabalhadores e ainda devem impactar ainda mais já a partir do próximo ano.

Em relação à conjuntura nacional, o país vive uma grande ofensiva da velha direita que em uma demonstração de força e com o apoio das estruturas institucionais como judiciário, legislativo e executivo, comandados pelas velhas oligarquias empresariais e da grande mídia que age abertamente como partido, têm produzido uma onda oportunista e golpista que tem como objetivo principal a retirada de direitos históricos, a redução (PEC 55 e a Reforma da Previdência) de investimentos do campo social através da tentativa de reimplantação de uma política neoliberal de austeridade fiscal que favorece diretamente aos interesses do grande capital financeiro e tem colocado todo o país em uma grande expectativa em torno do que virá.

No âmbito do Poder Judiciário, podemos destacar a “reposição salarial” que embora esteja longe de repor as principais perdas acumuladas e muito menos fazer frente a avalanche inflacionária projetada para os próximos anos, não deixa de ser o resultado do enfrentamento realizado pela categoria através de greves e caravanas a Brasília em 2015. No entanto, em relação à conquista da isonomia para os chefes de cartórios de todo o país, esta, sim, pode ser considerada uma importante vitória no sentido de que faz justiça, ainda que com muitos anos de atraso, aos milhares de servidores que desempenham o importante papel de gerenciar as atividades cartorárias nas várias cidades brasileiras, também, resultado de pressão e luta da categoria.



No âmbito da entidade sindical, destacamos a vitória da chapa Renovação, que pela primeira vez na história do sindicato conseguiu vencer a uma chapa da situação, fato esse que favoreceu a implementação de um grande anseio da categoria que se tratava da desfiliação da CUT, que há muitos anos deixou de representar os interesses dos trabalhadores para subsidiar o Partido dos Trabalhadores e seu projeto de governo junto aos interesses das elites econômicas.

Assim, entre comemorações e apreensões acerca do ano que virá, reiteramos a importância do fortalecimento do sindicato pela categoria como forma de nos contrapor aos ataques que já estão em curso pelo governo bem como também garantir que a entidade possa atuar na defesa direta da categoria nos tribunais e em todos os lugares visando garantir a ampliação de direitos e o combate a práticas das administrações que de alguma forma representem a ameaça a direitos.

Juntos, somos fortes!

Sindjuf

Pará Amapá

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
SINDJUF-PA/AP

JUSTIÇA DO
TRABALHO

JUSTIÇA
ELEITORAL

JUSTIÇA
FEDERAL

JUSTIÇA
MILITAR

Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969

adm@sindjuf-paap.org.br | comunicacao@sindjuf-paap.org.br | juridico.sindjufpaap@gmail.com

www.sindjuf-paap.org.br

Diretoria Executiva Colegiada do SINDJUF-PA/AP - Triênio 2016/2019

- **COORDENADORES GERAIS:** Antonio Augusto Ferreira da Mota (TRT-PA) / Arcelino Geraldo de Barros Filho (JF-PA) / Claudio Luiz Santos Silva (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:** Jacqueline Chaves de Almeida (TRT-PA) / Omar Lameira Costa (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE COMUNICAÇÃO:** Moisés Silva Campos (TRE-AP).
- **COORDENADORES DE FORMAÇÃO SINDICAL E SINDICALIZAÇÃO:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA) / Herculano Wanderlin da Silva Gibson (TRT-AP).
- **COORDENADORES DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Jeefson Amparo de Menezes (TRE-PA) / Maria José Borges Paixão (TRT-PA).
- **COORDENADOR DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS:** Paulo Rubens de Jesus Teixeira (TRT-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO BAIXO-AMAZONAS:** César Augusto Savino de Sousa (JF-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO SUL DO PARÁ:** José Wilson Fernandes de Sousa (TRE-PA).
- **COORDENADORES REGIONAIS DO AMAPÁ:** Alexandre Azevedo dos Santos (JF-AP) / Francisco das Chagas Silva Barros (TRE-AP) / Ubiratan Maciel Monteiro (TRT-AP).
- **Jornalista:** Tainá Lima. / ■ **Diagramador:** Delson Mendes. / ■ **Colaborador:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA). / ■ **Tiragem:** 2.000 exemplares.

PEC 55/2016

Enquanto os ricos comemoram o povo paga a conta

PEC 55/2016 é aprovada no Senado em 2º turno e população pobre será a mais atingida pelos seus efeitos.

Com 53 votos a favor e 16 contra, o Senado aprovou no dia 13 de dezembro, em segundo turno, o texto-base da PEC 55/2016. A proposta, encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos, a partir de 2017, com possibilidade de revisão a partir do décimo ano de vigência. Os gastos públicos totais serão reajustados com base na inflação oficial do ano anterior.

O alvo do ajuste fiscal são as despesas primárias, gastos considerados essenciais para a população, como saúde e educação, que deverão impactar ainda mais a vida das pessoas que dependem dos serviços públicos. Se com os atuais gastos, o desempenho e a qualidade desses serviços tem prejudicado a população que aguardar horas e até meses por um atendimento médico emergencial e preventivo e que também convivem com um sistema educacional com grandes dificuldades, imaginemos, como estará a população daqui a 20 anos.

O clima é de apreensão, já que os gastos congelados prejudicarão a população mais pobre, que depende do sistema público de saúde, e que não dispõe de plano de saúde e nem de condições financeiras para bancar uma educação privada, esses serão os mais atingidos do que as classes mais abastadas. Além disso, o reajuste do salário mínimo só poderá ser feito com base na inflação - e não pela fórmula antiga que somava a inflação ao percentual de crescimento do PIB. Isso atingirá diretamente o bolso do assalariado.

A PEC 55 estabelece as seguintes regras:

- As despesas da União (Executivo, Legislativo e Judiciário e seus órgãos) só poderão crescer conforme a inflação do ano

anterior;

- A inflação para 2017, que servirá de base para os gastos, será de 7,2%;

- Nos demais anos de vigência da medida, o teto corresponderá ao limite do ano anterior corrigido pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

- Se um poder desrespeitar o limite, sofrerá sanções no ano seguinte, como a proibição de realizar concursos ou conceder reajustes;

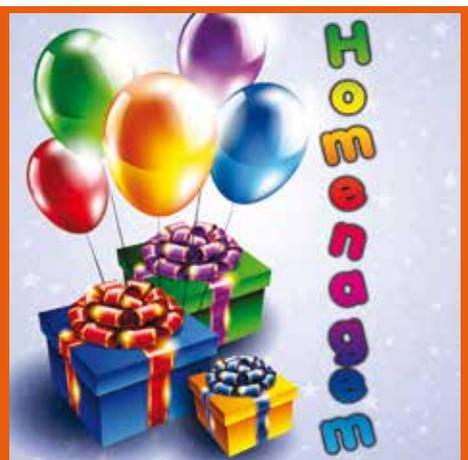
- Se um poder extrapolar o teto, outro poder deverá compensar;

- Os gastos com saúde e educação só serão enquadrados no teto de gastos a partir de 2018;

- Com relação aos gastos mínimos em saúde, o texto prevê que passem em 2017 dos atuais 13,7% para 15% da receita corrente líquida (somatório dos impostos descontadas as transferências previstas na Constituição). E que, a partir de 2018, esses investimentos se enquadrem no teto de gastos, sendo corrigidos pela inflação.

- Ficam de fora das novas regras as transferências constitucionais a estados e municípios, além do Distrito Federal, os créditos extraordinários, as complementações do Fundeb, gastos da Justiça Eleitoral com eleições, e as despesas de capitalização de estatais não dependentes;

- A partir do décimo ano de vigência do limite de gastos, o presidente da República poderá um projeto de lei ao Congresso para mudar a base de cálculo.



Aniversariantes do mês de DEZEMBRO

É com muita alegria que o Sindjuf-PA/AP parabeniza a todos os aniversariantes do mês de novembro. A Diretoria Executiva do Sindicato deseja aos aniversariantes muitos anos de vida, felicidades e saúde. Parabéns!

FAÇA PARTE >>> FILIE-SE



Sindjuf
PARÁ AMAPÁ

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá
www.sindjuf-paap.org.br
0800-280-7969



Os motivos nós já temos,
SÓ FALTA VOCÊ.

Filie-se.

adm@sindjuf-paap.org.br - www.sindjuf-paap.org.br

CONJUNTURA

Uma aula de cidadania: ocupações mostram luta dos estudantes e legitimidade de movimentos



Desde outubro de 2016 o movimento de ocupações de escolas vem atuando no Brasil. As ocupações acontecem porque os estudantes não se conformam com os rumos que a educação e demais setores do país vem tomando no governo de Michel Temer.

O Estado do Paraná foi o grande destaque das ocupações, ocupando 850 instituições segundo o Movimento Ocupa Paraná, da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

As ocupações no estado de São Paulo também tiveram destaque no início de 2016 com resistência contra o esquema que ficou conhecido como “máfia da merenda”. Essa não foi a primeira vez que secundaristas de São Paulo se organizaram para ocupar instituições de ensino. Em novembro de 2015, cerca de 200 escolas paulistas foram tomadas por estudantes que protestavam contra a reestruturação do sistema educacional estadual.

Apesar das ocupações terem repercutido nesses dois estados, o restante do país não ficou fora da luta. No Pará, diversas instituições de ensino estão ocupadas, entre Universidades, Institutos e Escolas Estaduais. Os estudantes lutam contra a PEC 55/2016, que pretende limitar por 20 anos os gastos públicos. A proposta foi aprovada no Senado em 2º turno no dia

13 de dezembro.

Estudantes ocupam reitoria da UFPA



Os estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, ocupam a Instituição desde o dia 7 de novembro, quando tomaram a Reitoria do local em protesto à PEC 55. O Protesto foi reconhecido pela Administração da Universidade como um movimento legítimo e tem apoio dos professores e técnicos da universidade que também estão em greve.

Para se organizarem, os estudantes adotaram o modelo de revezamento, que possibilita que todos os alunos, mesmo aqueles que trabalham durante o dia, participem da ocupação.

Para evitar intervenções de alunos contrários ao protesto, a organização do movimento ocupa tanto a reitoria como os blocos em tempo integral, manhã, tarde, noite, incluindo finais de semana.

De acordo com um dos ocupantes, o aluno do curso de geografia, Deimerson Lisboa, os estudantes mantêm programações diárias que visam estimular o debate sobre questões políticas e sociais. As programações são preparadas pelos alunos em parceria com o corpo docente.

“Há programações, como palestras, oficinas, filmes e também roda de conversa com professores que se dispõem a reunir com a gente”. Conta Deimerson.



Para se manterem, os estudantes contam com doações, feitas por estudantes e professores. “O que um não tem, o outro empresta, por exemplo, alimentos, fogão, geladeira”. Conta Deimerson.

Apesar das tentativas de desmobilização, os alunos pretendem continuar resistentes mesmo que a PEC seja aprovada. Eles ainda programam uma grande manifestação caso isso ocorra.

Castanhal Pela Democracia



O município de Castanhal é outro exemplo de resistência no Estado, com ocupação de escolas estaduais como Lameira Bittencourt; Cônego Leitão; Inácio Koury; Tracaioli e Clotilde, além dos polos da UFPA e IFPA e da câmara de vereadores.

Um dos movimentos de resistência do município é o Castanhal pela Democracia (CDP) que participa e apoia as ocupações com doações de alimentos e realização de palestras “no sentido de levar a moçada a uma reflexão a respeito do que vem ocorrendo no país e com a nossa tão jovem democracia. Mas sempre gostamos de pedir para que os ocupantes pesquisem outras fontes e tirem suas próprias conclusões.”, conta uma das integrantes do movimento, Brenda.

O objetivo do CDP é consolidar os direitos já alcançados dos jovens brasileiros, que vem sofrendo sucessivas retiradas. “Nossa luta não é de interesse individual, mas de todo um coletivo de pessoas que, apesar de pagarem impostos altíssimos ainda vivem em condições precárias e sub-humanas.”, declara Brenda.

De acordo com ela o CDP também trabalha com o processo de humanização, para que os jovens compreendam o que são os direitos humanos e a importância de respeitá-lo.

“Por isso lutamos contra a PEC, porque temos a noção do que ela vai causar daqui há 20 anos. Sabemos também que apesar de muitos não concordarem com nossa forma de manifestação, todos sairemos prejudicados.”, acredita Brenda.

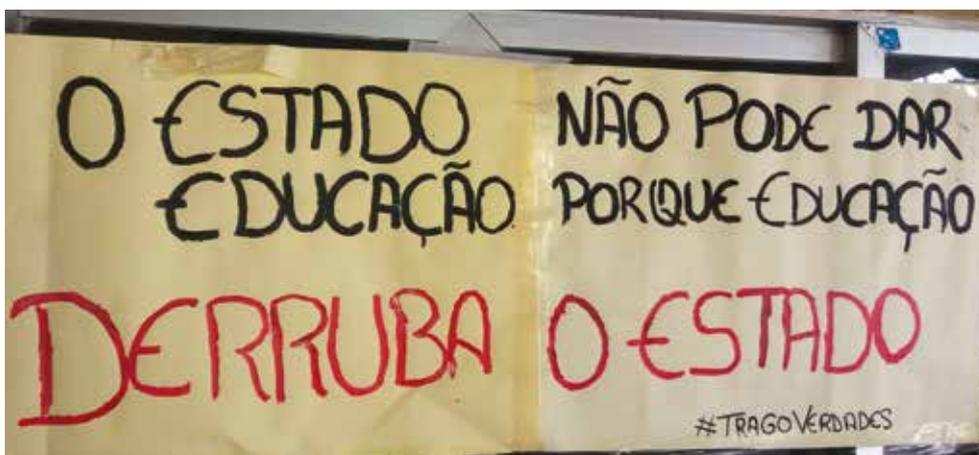
Asas do Urubu

Os estudantes da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, no bairro da Terra Firme, um dos mais carentes da capital paraense estão ocupados desde o dia 18 de novembro. A ocupação vem sendo coordenada pelo “Asas de Urubu”, movimento criado pelos próprios alunos após denúncias e protestos feitos contra problemas estruturais e de manutenção da

escola. A escola Brigadeiro Fontenelle é a única escola estadual, em Belém, a estar ocupada.



Um dos idealizadores do grupo, Jeová Santos, conta que o nome “Asas do Urubu” é uma ironia ao símbolo da Escola, uma asa em memória ao Brigadeiro da Aeronáutica, Henrique Raimundo Dyott Fontenelle, que nada representa os estudantes. “Asas do Urubu” surgiu após os alunos estarem acostumados a conviver, nas dependências da escola, com aves.



De acordo com a Assessora de Comunicação do movimento, Josyvalves Louzeiro, o Urubu foi escolhido como símbolo do coletivo porque é um animal resistente. “É um ser resistente, que consegue se alimentar e sobreviver do lixo, é desprezado, isso retrata de fato o que a gente vive aqui. E quando a gente olha para o símbolo do nosso uniforme, aquela asa, de um tenente que participou da ditadura militar, aquele símbolo não passa mais a nos representar. Então a gente exclui isso, trazendo para mais perto da nossa realidade”, declara Josyvalves.

Além da presença de aves, os alunos reclamam de outros problemas como alagamentos, mato alto, ar-condicionado quebrado e o mal-uso de espaços e recursos escolares.

O movimento tem apoio de diversos coletivos que também atuam na periferia, são eles: Casa Preta; Tela Firme e Ribalta.

Os estudantes contam ainda com a ajuda de participantes de outras ocupações como da UFPA e da Escola de Aplicação da UFPA, antigo NPI.

Além da luta por uma educação de qualidade, os estudantes da escola Brigadeiro Fontenelle se posicionam contra o governo de Temer e contra a PEC 55, a chamada “PEC do Fim do Mundo”.

A ocupação na escola tem a participação de alunos do ensino médio e também do ensino fundamental, que após uma assembleia decidiram integrar a luta.

Para se organizarem, os responsáveis pela ocupação separaram os participantes por comissões, comissão da limpeza, da segurança, da comida, da comunicação e das programações.

As programações são diárias e os alunos podem participar de oficina de dança, teatro, esporte, além de debates

e palestras. Uma das palestras realizada durante a ocupação foi a do juiz de Direito da 7ª Vara Criminal de Belém, Flavio Leão, que solidário a luta dos estudantes ministrou uma palestra sobre legalidade e legitimidade das ocupações nas escolas.

Com o movimento os estudantes têm a esperança de chamar a atenção para os problemas da escola, conseqüentemente garantindo melhorias, além de tentar barrar a PEC 55, deixando um legado para as futuras gerações.



RETROSPECTIVA 2016

JAN

Aposentados Anistiados:

O SINDJUF-PA/AP conseguiu anistiar os aposentados que participaram da greve ocorrida em 2011 em cumprimento ao acordo firmado entre o Sindjuf-PA/AP e a Presidência do TRT/8ª.



FEV

Sucateamento na Justiça do Trabalho:



O Sindjuf-PA/AP realizou no início de fevereiro um Ato Público contra o corte no orçamento e o sucateamento da Justiça do Trabalho.

Eleições 2016 Sindjuf-PA/AP:



O Sindicato convocou seus sindicalizados a participar das eleições da Entidade para eleger os representantes da diretoria executiva, gestão 2016/2019.

Chapa Renovação vence Eleições do Sindjuf-PA/AP:



Com 268 votos, de um total de 440 votantes, a Chapa 2 – Renovação, venceu as eleições para Diretoria Executiva do Sindjuf-PA/AP, triênio 2016-2019.

Dia Nacional de Lutas dos servidores do Judiciário Federal:

A categoria elegeu o dia 25 de fevereiro como data para lutar contra os salários sem correção, suspensão de nomeações, cortes pesados no orçamento e restrição no atendimento à população. O dia contou com Atos públicos, manifestações e paralisações.



MAR

Nova Diretoria do Sindjuf-PA/AP toma posse:

Membros da nova Diretoria do Sindjuf- PA/AP, eleita para a gestão 2016 – 2019, tomaram posse no último no dia 12 de março durante o 5º Congresso dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal nos Estados do Pará e Amapá (CONJUF), realizado nos dias 10, 11 e 12 de março, no Hotel Beira Rio, em Belém.



Desfiliação da CUT:

“A CUT não nos representa” foi uma das propostas aceitas que levaram a desfiliação do Sindicato da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

ABR

9º Congrejufe:



O Congresso Nacional da Federação aconteceu em Florianópolis, de 27 de abril a 1º de maio de 2016.

Aprovado no CJF o direito aos 13,23% a todos os servidores da Justiça Federal:



O Conselho da Justiça Federal (CJF) no dia 07 de abril aprovou a extensão do direito aos 13,23% a todos os servidores da Justiça Federal.

Presidente do TRT-8ª autoriza compensação de horas para servidores:



O presidente do TRT-8ª, desembargador Francisco Rocha autorizou a compensação de horas para servidores que participaram da greve em 2011.

Novos membros do Conselho Fiscal do Sindjuf-PA/AP:

Em Assembleia Geral Ordinária, a categoria do Pará e Amapá elegeu os membros do novo Conselho Fiscal para a gestão 2016-2019 da Diretoria Executiva do Sindjuf-PA/AP. A Assembleia foi realizada no auditório da sede do Sindicato, em Belém, no dia 20 de abril.



MAI

TRE-PA julga procedente incorporação dos 13,23% a remuneração dos servidores:

O Pleno do TRE-PA julgou, por unanimidade, no dia 10 de maio, procedente o processo administrativo referente a incorporação do percentual de 13,23% a remuneração dos servidores.



JUN

Planejamento estratégico:



O Sindjuf-PA/AP promoveu a 1ª Oficina de Gestão Organizacional, ministrada pela servidora do TRE-PA, Rosana Matos, formada em administração de empresas. A oficina teve o objetivo de apresentar as primícias para uma boa gestão organizacional.

Teletrabalho no Poder Judiciário:



O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na sessão plenária do dia 14, resolução que disciplina o teletrabalho de servidores no âmbito do Poder Judiciário, também conhecido como home office.

Reposição salarial:

A reposição salarial dos servidores do Poder Judiciário Federal foi sancionada pelo presidente, na época interino, Michel Temer, no dia 21. O projeto foi aprovado sem vetos.

Intenso trabalho em Brasília:



O coordenador Geral do Sindicato, Cláudio Silva e os servidores aposentados, Nilce Figueira e Abreu Nunes foram a Brasília acompanhar a movimentação do PLC 29/2016 no Senado e realizaram um intenso trabalho nos gabinetes de senadores.

AGO

TODOS IGUAIS ISONOMIA JÁ!

PLN 3:

No dia 23 de agosto o Congresso Nacional aprovou o PLN 3/2016, que permitiu remanejar orçamento da Justiça Eleitoral para a efetiva aplicação da Lei 13.150/2015, que estabelece a equiparação salarial entre os chefes de cartórios eleitorais.

Impeachment:



O plenário do Senado aprovou no dia 31 de agosto, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment de Dilma Rousseff. A presidente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal.

AGO

Jogos Olímpicos:

Os Jogos Olímpicos Rio 2016 aconteceram de 5 a 21 de agosto no Rio de Janeiro, Brasil.



OUT

Pagamento dos dias parados é efetuado:



Servidores do TRT-8ª que tiveram o ponto cortado em 2011, por ocasião da greve, receberam os valores descontados na folha de pagamento do mês de outubro.

Sindjuf-PA/AP busca regulamentação do adicional de Penosidade:



O Sindjuf-PA/AP iniciou em outubro, junto a comitiva da Amazônia, visitas aos Conselheiros do CNJ para garantir a regulamentação do adicional de Penosidade.

Ocupação de escolas:



Diversas escolas por todo o país foram ocupadas pelos estudantes que são contra o conjunto de medidas do presidente Michel Temer. Universidades, Institutos Federais e escolas estaduais foram ocupadas pelos estudantes.

Câmara aprova PEC do Teto dos Gastos Públicos em 2º turno:

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 26, em segundo turno, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (Proposta de Emenda à Constituição 241/16), que estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos.



NOV

XX Plenária Nacional da Fenajufe:



A XX Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe aconteceu de 24 a 27 de novembro, no hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, na capital da República.

Desvio de Função:

Ação do Sindjuf-PA/AP recebeu julgamento favorável do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1ª) que reconheceu o desvio de função de uma servidora do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região (TRT-8ª), que apesar de ocupar o cargo de Técnico Judiciário executava tarefas relativas ao cargo de Analista Judiciário.

Sindicalismo

A Casa do trabalhador e seu risco de extinção



... Acabar com a “casa do trabalhador” é deixá-los desamparado e sem a possibilidade de onde recorrer.

A Justiça do Trabalho desde sua criação em 1941 vem intermediando as relações de trabalho e exercendo um importante papel social, aplicando a lei e equilibrando as diferenças sociais existentes nas relações de trabalho.

Atualmente, diversas categorias recorrem ao Órgão, porém o papel da Justiça do Trabalho vem sendo questionado, principalmente pelo setor empresarial.

No início de 2016, a JT teve um corte de 30% das dotações para custeio e de 90% dos recursos destinados para investimentos. O corte gerou uma onda de preocupações quanto à possibilidade e riscos de extinção do Órgão.

O secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará, Willém Ribeiro, considera a Justiça do Trabalho a ‘Casa do Trabalhador’ e se preocupa com as ameaças de extinção.

“Não é a justiça do trabalho e sim a casa do trabalhador, porque é lá que acontecem



as audiências que irão garantir os direitos dos trabalhadores. Acabar com ela é deixar o trabalhador desamparado. ”, acredita Willém.

Para ele, a administração do país é a grande responsável pelo rumo que o Órgão vem tomando nos últimos tempos. “Os nossos governantes não se preocupam com o trabalhador. Ao invés de investir um pouco mais para que o trabalhador tivesse mais amparo o governo prejudica a estrutura existente. ”, declara o secretário.

O diretor do Sindicato da Construção Civil, Orinor Gama Marques, analisa que a fase em que o país vem enfrentando se deve a crise. “As dificuldades se aprofundam porque tudo gira em torno da crise, que a gente sabe que é uma crise política, uma crise do capital e isso vem afligindo cada vez mais a vida dos trabalhadores. O governo não quer mais abrir concurso público, se tem poucos procuradores do trabalho, isso precariza muito mais os trabalhadores porque sobrecarrega como é a situação das entidades para poder dar uma resposta. ”, diz Orinor.

Ele reclama da lentidão da Justiça e diz que o problema está na falta de investimentos do governo que não cumpre com suas responsabilidades. Além disso o diretor acredita que o corte no orçamento da JT é intencional. “Na verdade, essa

proposta é mais uma manobra do governo para se ausentar de suas responsabilidades e dificultar a vida do trabalhador. Sempre o trabalhador é o mais prejudicado, é o que trabalha para produzir e sustentar o país, mas na hora ele não tem o reconhecimento. O governo faz isso para que o trabalhador não tenha acesso a ajuda para resolver o problema dele porque o governo acaba dando mais atenção a empresas do que para os trabalhadores. ”



Orinor identifica que, embora o processo de informatização esteja mais avançado no país, muitos trabalhadores não têm acesso à internet, o que facilitaria a busca por informações, direitos e serviços. Na verdade, o diretor acredita que é necessário a abertura de novos concursos para auxiliar nas demandas trabalhistas.

“O governo deveria abrir novos concursos público para aumentar o efetivo dos fiscais do trabalho, inclusive, para fiscalizar esses órgãos, porque eles é quem tem a autonomia de fiscalizar as empresas sobre a situação da vida dos trabalhadores que estão aí em precária situação, sem carteira assinada, outros com jornadas duplas e trabalhando em locais inapropriados, de risco. ”, acredita Orinor.

O diretor lembra que mesmo em tempos modernos, a sociedade continua vivenciando relações desiguais na relação de trabalho, e que a atuação da Justiça do Trabalho é essencial. “Hoje são vários trabalhadores. Hoje as empresas deixam de recolher os encargos dos trabalhadores como FGTS, INSS. Os trabalhadores passam de 4, 5 anos quando saem da empresa para receber aí está nessa mesma situação, as empresas não pagam o que tem de direito, aí diz que é para recorrer na justiça, aí a gente sabe que só vai amontoando cada vez mais ações e ações na justiça e o trabalhador acaba largando para lá porque ele precisa sobreviver, tem que arrumar outro emprego e não vai poder ficar correndo atrás dessa situação”.

Fenajufe

Plano de lutas da categoria é aprovado durante a XX Plenária Extraordinária da Fenajufe



A XX Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe concluída no dia 27 de novembro deixou tarefas pendentes e a sensação de pouco aproveitamento da programação, já que a reforma estatutária, um dos pontos centrais do 9º Congrejufe, realizado entre os dias 27 de abril e 1º de maio de 2016, em Florianópolis (SC), remetido à plenária foi prejudicado, tendo que ser mais uma vez adiado.

O coordenador do Sindjuf-PA/AP, Arcelino de Barros foi um dos participantes da Plenária e contou porque a votação da reforma estatutária ficou prejudicada. *“O regimento interno do estatuto ficou para final, para o último dia. E o último dia não deu quórum. Então iniciou-se a reforma estatutária, mas na hora a votação não foi concluída porque o quórum tem que ser qualificado.”*

Apesar das pendências, a Plenária conseguiu realizar atividades que estavam propostas para o evento como a votação do Plano de lutas da categoria. *“É um planejamento de ações a ser desenvolvido nos próximos anos, inclusive foi aprovado que alguns pontos que serão levados a comissão interdisciplinar do STF”.* Disse Arcelino.

Veja abaixo as propostas do Plano de lutas aprovadas:

- Reposição da indenização de transporte dos oficiais de Justiça no período da greve.
- Luta por eleição direta dos membros diretivos.

- Em defesa dos aposentados e pensionistas: impulsionar a luta pela aprovação da PEC 555.
- Jornada de 6 Horas.
- Ratificação do nível superior dos técnicos com combate a práticas antisindiciais pela Anajus. Realização de reuniões com presidentes de tribunais superiores para deliberação sobre as atividades e desvios de função a serem corrigidos.
- Começar os estudos econômicos e orçamentários acerca da sobreposição de tabelas para valorização efetiva do cargo de técnicos com a aprovação do nível superior.
- Nenhum direito a menos (manutenção da GAE e GAS).
- Aposentadoria Especial de oficiais de justiça e agentes de segurança.
- Novo projeto de lei para extinção da incompatibilidade do exercício da advocacia e pedido de apoio institucional aos diversos órgãos de classe diante do momento atual em que o governo apresentou projeto de lei permitindo advocacia na AGU.

A Plenária também realizou a atualização da análise de conjuntura sobre o país; o calendário de lutas contra a PEC 55.



Equipe nota 10: o empenho da Central da JF-PA no cumprimento de mandados



“Aqui nós somos uma equipe fazendo o melhor para a população.”, assim o supervisor da Central de mandados da Justiça Federal do Pará, Josué Botelho, definiu as características da sua equipe de trabalho.

A Central de mandados é a responsável por fazer a triagem dos mandados emitidos pelas varas e encaminhá-los aos oficiais de justiça que tem até 72h para cumprimento. Atualmente a Central conta com um coordenador, um diretor, um supervisor, uma funcionária terceirizada e 26 oficiais de justiça atuantes.

De acordo com Josué a Central encontra dificuldades para desenvolver suas atividades com celeridade por conta da grande quantidade de mandados e da mão de obra reduzida. Segundo ele, o essencial para suprir essa demanda seria a realização de novos concursos público.

“Hoje encontramos essa dificuldade de mão de obra, de força de trabalho e na reposição dela por causa da crise que o país atravessa, mas a gente tosse para que essa situação econômica do país tenha um fechamento positivo e tenha realmente o concurso e a gente sempre esperam que as pessoas passem no concurso, sejam nomeadas e venham nos ajudar, porque o trabalho não pode parar.”, acredita Josué.

O supervisor ainda cita os problemas de insegurança enfrentados pelos oficiais

de justiça durante o cumprimento de mandados. Segundo Josué, diversos casos de perigo já foram relatados pelos colegas. *“Eu cheguei aqui em abril de 2013 e já foram relatados vários casos, inclusive, de uma colega que ficou em cárcere privado. Tem outro colega que estacionou o carro e saiu para cumprir mandado, no momento em que ele estava caminhando um carro preto estacionou próximo dele, dois saíram do carro e anunciaram um assalto, levando inclusive o carro e todos os mandados. Outros já tiveram arma apontada para a cabeça. O trabalho deles é de grande periculosidade e apesar disso eles não*

recebem o adicional.”

Para Josué, a Central cumpri um papel importante na sociedade, prestando um serviço essencial para a população, já que o oficial de justiça é um intermediário entre a justiça e os demandantes.

Josué relata que apesar das dificuldades do trabalho, do nosso clima da cidade ser muito quente, o trânsito complicado, o que prejudica o cumprimento dos mandados, a equipe da Central pode ser considerada uma equipe forte ***“sempre buscando o melhor para os outros, porque no final o objetivo é comum. Todos aqui se querem bem, todos aqui caminham juntos.”***



Josué Botelho

Supervisor da Central de Mandados da JF/Pará

MURAL DE FOTOS

Festa de Confraternização Natalina do SINDJUF-PA/AP

09/12/2016 - Tuna Luso Brasileira - Belém/PA

2016







Sindjuf

Pará Amapá

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ - SINDJUF-PA/AP

adm@sindjuf-paap.org.br | comunicacao@sindjuf-paap.org.br | juridico.sindjufpaap@gmail.com | www.sindjuf-paap.org.br

JUSTIÇA DO
TRABALHO

JUSTIÇA
ELEITORAL

JUSTIÇA
FEDERAL

JUSTIÇA
MILITAR



Os motivos nós já temos,
SÓ FALTA VOCÊ.

Um servidor participativo e interessado nas lutas em defesa de seus direitos fortalece ainda mais seu sindicato. Junte-se a nós.

Filie-se.

Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969